



# RELATÓRIO TRIMESTRAL OGPL

NOV DEZ 2020 e JAN 2021

OBSERVATÓRIO  
DE GESTÃO PÚBLICA  
DE LONDRINA



## HISTÓRICO

O Observatório de Gestão Pública de Londrina é uma instituição independente cuja principal meta é exercer o controle social dos gastos públicos. Nossa equipe é formada por profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, todos dispostos a trabalhar voluntariamente pelo bem de nossa cidade e que, ressalta-se, não possuem quaisquer vínculos político-partidários. Em meados de 2009, alguns londrinenses começaram a organizar reuniões periódicas com o objetivo de discutir a importância do controle preventivo dos gastos públicos. Destes debates, foi idealizado o Observatório de Gestão Pública de Londrina. Sua fundação ocorreu oficialmente em 29 de setembro do mesmo ano, em assembleia realizada no auditório da Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL). Em menos de um mês de sua fundação foi inaugurada a sede da instituição, com vários profissionais voluntários, dois analistas de licitações, um auxiliar administrativo e uma estagiária do curso de contábeis. Começou assim o trabalho do Observatório em prol da correta aplicação dos recursos públicos por meio de um controle social propositivo e preventivo. A iniciativa espelhou-se no sucesso obtido pelo Observatório Social de Maringá, que também funciona como uma ferramenta concreta de monitoramento de compras públicas e de educação fiscal.



[www.observatoriolondrina.org.br](http://www.observatoriolondrina.org.br)  
[www.facebook.com/observatoriodegestaopublicadelondrina](https://www.facebook.com/observatoriodegestaopublicadelondrina)

(43) 3324-1414 | (43) 9.9942-1414

ogplondrina@gmail.com

Rua Ana Neri, 300 - sala 302, Jardim Caiçaras, Londrina (PR)

As reuniões do Observatório têm ocorrido na modalidade online, por conta da pandemia do Corona Vírus. O monitoramento das licitações e os consequentes debates que envolvem objetos relevantes faz com que toda semana seus membros se reúnam e contribuam para a gestão das atividades em reuniões semanais e em algumas especificamente contamos com a participação do Secretário da Saúde e do gerente da Centrofarma, além dos voluntários das mais diversas áreas. As atividades do OGPL estiveram em recesso entre 21 dezembro a 04 janeiro retornando às reuniões em 06/01/2021.

#### **04 DE NOVEMBRO**

O Secretário de Gestão Pública de Londrina, Fabio Cavazotti, participou da reunião do Observatório para prestar contas sobre a parceria realizada entre NIGEP (Núcleo Interdisciplinar de Gestão Pública da UEL) e prefeitura por meio de convênio com a FAUEL. Desde a implantação da parceria, há aproximadamente quatro anos, a consultoria permitiu avanços nos processos de licitação do município, com redução de tempo e economia. Um exemplo é o planejamento de licitações de itens que são constantemente comprados pelo município. Hoje, elas são realizadas com pelo menos 90 dias de antecedência em relação ao fim do contrato, o que permite reduzir, por exemplo, os casos de suspensão da oferta de medicamentos na rede pública porque as licitações não eram realizadas a tempo. Outro benefício é a economia efetiva nos valores, por meio de uma metodologia própria de formação de preços.

#### **Renovação do contrato**

Quando o acordo de cooperação técnica acabou, com aval da Procuradoria do município, a secretaria de Gestão Pública fez um novo um contrato para dar sequência ao trabalho, que agora tem foco no desenvolvimento de uma ferramenta que permitirá cruzar dados sobre as licitações, considerando aspectos como prazo, setor da compra e valor, entre outros, gerando relatórios personalizados.

## **Novo modelo**

O Secretário apresentou à equipe do OGPL um novo modelo de realização dos pregões para compras e contratação de serviços para o município. Em geral, os municípios do Brasil usam o sistema Compras Net, do Governo Federal, para realizar os pregões eletrônicos. A Gestão Pública, entretanto, considera que o mesmo é pouco eficiente pois não se adapta à realidade local. A secretaria, inclusive, listou mudanças para melhoria do Compras Net e enviou ao Ministério da Economia. Como a realização dos pregões presenciais tornaram-se inviáveis em função da pandemia de Covid-19, a solução encontrada foi o pregão presencial online, realizado em ambiente virtual, ao vivo, de acordo com todas as regras do pregão presencial físico. A modalidade funcionou tão bem que a proposta é continuar usando o modelo mesmo quando os encontros presenciais puderem voltar a ser realizados.

Ao final do encontro, o OGPL solicitou ainda que os avanços alcançados pela pasta sejam transformados em legislação para que permaneçam consolidados independentemente do gestor que venha a assumir a prefeitura.

## **11 DE NOVEMBRO**

### **Contratação de serviços de gerenciamento do trânsito.**

A equipe do OGPL analisou dois contratos realizados pela CMTU com a finalidade de fiscalização do trânsito em Londrina. Um dos contratos trata da locação dos equipamentos de videomonitoramento e radares fixos. O outro trata do gerenciamento de multas. O OGPL irá solicitar à CMTU que informe as razões para o aumento expressivo do valor do contrato de gerenciamento de multas, que passou de 51 mil reais para 73 mil reais mensais, aproximadamente. A empresa Dsin Tecnologia da Informação Ltda, que já vinha prestando o serviço, foi a única que apresentou proposta no último certame.

O contrato de locação dos radares também será objeto de questionamentos. Realizado com o Consórcio Londrina Segura, o contrato irá custar mais de 7 milhões por ano ao

município. O Consórcio foi contratado depois de que sua única concorrente foi considerada inabilitada.

O OGPL analisou o processo administrativo da licitação, com mais de 2 mil páginas, e irá encaminhar ofício a CMTU para pedir esclarecimentos.

O OGPL esteve presente no certame para a contratação de serviços especializados para a realização de auditoria externa da CMTU, entretanto, como nenhuma empresa compareceu, o certame não foi realizado. O OGPL solicitou à CMTU as auditorias dos últimos 3 anos e irá encaminhá-las para apreciação.

Outro assunto em debate foi a solicitação, pelo OGPL, de explicação à Secretaria da Saúde sobre como é o processo de dimensionamento da demanda por medicamentos. A SMS respondeu à solicitação, e irá apresentar o sistema que gerencia atualmente a demanda de medicamentos aos interessados em uma reunião da entidade.

Na sequência, a equipe do OGPL vai analisar o edital para a contratação de serviços para a revitalização do Bosque.

### **18 NOVEMBRO**

A equipe do OGPL vai visitar a Centrofarma - responsável pela distribuição de medicamentos em Londrina - para entender como funciona o órgão e como é formado o edital para compra de remédios e insumos da saúde no município. Queremos saber como é o processo de dimensionamento da demanda e quais os critérios usados para definir a aquisição dos produtos.

O Observatório está analisando o edital de licitação dos serviços de revitalização do Bosque Central, orçada em aproximadamente R\$ 2 milhões. Com apoio de engenheiros voluntários, vamos avaliar por que o contrato prevê a contratação de apenas uma empresa para realizar toda a obra, o que poderia limitar as oportunidades de concorrência.

O vice-presidente do Observatório, Rafael Carvalho, participou de reunião com membros da Kettering Foundation, entidade sediada em Ohio, nos EUA, e que estuda questões ligadas à democracia e atitudes que os cidadãos podem tomar, coletivamente, para resolver os problemas que afetam suas vidas, suas comunidades e sua nação. No encontro, Rafael relatou sobre as ações do OGPL em relação aos gastos com a Covid, inclusive mencionando o relatório que analisou a aquisição de leitos de UTI em Londrina.

### **25 NOVEMBRO**

A equipe do Observatório de Gestão Pública de Londrina recebeu na última reunião semanal a visita do engenheiro civil Ciro Nassau, voluntário que está nos apoiando na análise do edital para tomada de preços para execução das obras de revitalização do Bosque Central, com valor máximo estimado de R\$ 2.545.328,55. Ciro, que tem ampla experiência na construção civil, analisou o edital juntamente com os advogados do Observatório e - com base em critérios técnicos - apresentou alguns pontos do documento que poderiam ser melhorados. Com base na análise, o OGPL protocolou ofício com 25 questionamentos sobre o edital, citamos a baixo as principais dúvidas:

#### **Mobiliário Urbano**

De acordo com a Planilha de Orçamento, o item que trata da aquisição e instalação de mobiliário urbano prevê a compra de sete tipos diferentes de mobiliário (bancos, lixeiras e outros), no valor de R\$388.796,98. É comum que haja participação de vários fornecedores desse tipo de mobiliário, o que viabiliza a competição e atende o princípio da economicidade. Por isso, questiona-se se há uma relação de fornecedores, cadastrados ou que foram consultados, para realizar o orçamento das peças, elementos e estruturas que compõem o mobiliário urbano constante do Edital? Outra dúvida é se o IPPUL, responsável pela especificação das peças, possui ferramenta que permite a realização do orçamento?

## **Pisos e calçadas**

Os serviços de execução de pisos e calçadas foram listados na Planilha de Orçamento somando o valor de R\$ 1.259.813,24. Observamos que foram quantificados e estabelecidos os usos de materiais específicos, como tela nervurada, ainda que a finalidade seja o passeio público e não o tráfego de veículos. Por isso, questiona-se: no que se refere ao piso de concreto para pedestres, o dimensionamento e as especificações técnicas, especialmente a exigência de armação com tela soldada nervurada Q196, correspondem a padrões utilizados nas obras municipais ou foram delimitadas por um projetista estrutural especificamente para este projeto?

Outra dúvida do OGPL refere-se à quantidade de pisos e calçadas executadas. Caso seja maior que o previsto na Planilha de Orçamento apresentada, haverá discussão em relação ao valor que a contratada irá receber, uma vez que se trata de regime de empreitada global? Caberá pedido de aditivo contratual com essa justificativa? Por fim, se os materiais específicos orçados, como tela soldada nervurada Q196 na construção do piso ou o tubo de aço inox Ø2 na fabricação dos paraciclos, não forem utilizados, deverá haver retenção dos recursos no pagamento dos itens?

## **Paisagismo**

Os serviços de paisagismo totalizam R\$74.210,54 e preveem plantio de grama esmeralda e plantas ornamentais, do tipo folhagens rústicas, que são cultivadas à sombra. Há previsão de erradicação de árvores, mas não há previsão de plantio de mudas. Questiona-se se foi realizado um levantamento, por espécie, de quantas árvores há no Bosque? Quantas árvores, por espécie, serão erradicadas ou derrubadas? Tais árvores serão replantadas no Bosque ou em outro lugar? Qual o destino da madeira das árvores erradicadas ou derrubadas?

Com o questionamento, o objetivo do Observatório é tornar o processo de licitação mais transparente e mais acessível ao maior número de interessados.

## **REUNIÃO COM SECRETARIA DA SAÚDE/CENTROFARMA**

### **Secretaria de saúde esclarece dúvidas do OGPL sobre aquisição e distribuição de medicamentos**

A equipe do Observatório de Gestão Pública de Londrina participou de reunião na Secretaria Municipal de Saúde para entender detalhes sobre como são formados os editais para compra de remédios e insumos da saúde no município, qual o processo de dimensionamento da demanda e quais os critérios usados para definir a aquisição dos produtos. Durante a visita, os gráficos foram explicados e todas as dúvidas em relação à demanda dos medicamentos foram esclarecidas.

Na avaliação dos observadores, houve progresso em relação ao monitoramento realizado pela entidade em 2014/2015, quanto à forma de controle e distribuição de medicamentos da Centrofarma e das Unidades Básicas de Saúde.

Foi informado à equipe que, existe um sistema de controle criado pela Secretaria de Saúde e conduzido por servidores de carreira da área administrativa e de farmácia. Há uma logística para a formação de dados mais precisos e a atualização é feita no mínimo semanalmente por parte das UBSs.

Com todas essas informações, é possível gerar dados mais precisos de necessidade de compra dos medicamentos, o que expõe uma grande diferença em relação ao monitoramento anterior. Na ocasião, por falta de dados para subsidiar as compras, havia um problema mais recorrente de falta de medicamentos.

O próximo passo da equipe do OGPL será fazer o acompanhamento in loco do caminho do medicamento desde a Centrofarma até a UBS





## 02 DEZEMBRO

O Observatório vai voltar a questionar o governo do Estado sobre a colocação de placas anunciando melhorias em rodovias estaduais que funcionam sob regime de concessão. Na visão do OGPL, as obras de melhoria são de responsabilidade das empresas concessionárias, por isso, não deveriam ser usadas em ações de publicidade do governo. Em 2018, o OGPL já havia feito questionamento semelhante, mas como a situação voltou a ocorrer, o tema será retomado.

O OGPL vai questionar a CODEL sobre os resultados da lei que autorizou o município a destinar R\$ 20 milhões como garantia para que instituições bancárias pudessem fazer empréstimos a pequenas empresas afetadas pela pandemia. Queremos saber como ocorreu a destinação do dinheiro e qual o impacto do benefício.

## 09 DEZEMBRO

O Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL) encaminhou denúncia à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina, à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e à Secretaria Municipal do Ambiente (Sema) sobre suposta alienação irregular de imóvel localizado em área pública municipal, terreno hoje pertencente à FUNTEL.

Anteriormente, a Controladoria Geral do Município (CGM) já havia sido notificada pelo OGPL a apresentar eventuais ações que teria tomado para evitar que a área pública, localizada entre a rua Alagoas e a Avenida JK, fosse vendida para entidade privada sem as formalidades legais. A área foi doada pelo Município e por isso não seria permitida sua alienação. Parte da área que teria sido alienada irregularmente encontra-se em fundo de vale.

Em resposta a esse ofício, a CGM solicitou informações sobre o denunciante e questionou a atuação do OGPL, porém, não apresentou as ações que estaria executando para evitar as supostas irregularidades. O Observatório levantou que a denúncia foi

recebida por escrito, foi confirmada a existência de documentos citados na denúncia, bem como as datas em que foram inseridos no processo. O OGPL, porém, não teve acesso aos mesmos, muito embora tenha feito essa solicitação. Em virtude do ocorrido, a entidade decidiu notificar as duas promotorias e a Sema.

A equipe do Observatório de Gestão Pública de Londrina participou de reunião na Secretaria Municipal de Saúde para entender detalhes sobre como são formados os editais para compra de remédios e insumos da saúde no município, qual o processo de dimensionamento da demanda e quais os critérios usados para definir a aquisição dos produtos. Durante a visita, os gráficos foram explicados e todas as dúvidas em relação à demanda dos medicamentos foram esclarecidas. O relato sobre a reunião foi um dos temas da reunião semanal. Saiba mais no site do OGPL.

<http://observatoriolondrina.org.br/noticias/destaque/secretaria-de-saude-esclarece-duvidas-do-ogpl-sobre-aquisicao-e-distribuicao-de-medicamentos/>

O OGPL protocolou questionamento na ouvidoria da Secretaria de Estado de Comunicação Social e Cultura sobre a colocação, pelo governo do Estado, de placas anunciando que o mesmo está realizando obras em rodovias estaduais que funcionam sob regime de concessão. Na visão da entidade, as obras são de responsabilidade e custo das empresas concessionárias, por isso, não deveriam ser usadas em ações de publicidade do governo. Em 2018, o OGPL já havia feito questionamento semelhante com a retirada das placas, mas como a situação voltou a ocorrer, o assunto foi retomado e providências estão sendo pedidas.

#### **16 DEZEMBRO**

Estudo do OGPL analisa contratação de leitos para Covid-19 em Londrina. Saiba mais:

<http://observatoriolondrina.org.br/noticias/destaque/estudo-do-ogpl-analisa-contratacao-de-leitos-para-covid-19-em-londrina/>

Relatório apresentado pelo Observatório da Gestão Pública de Londrina (OGPL) para a Secretaria Municipal de Saúde, relativo à contratação de 50 leitos de UTI junto ao Hospital do Coração, em junho deste ano, apontou que o contrato, inicialmente firmado para 60 dias, foi renovado seis vezes e vai vencer no dia 31 de dezembro de 2020. A partir do quinto termo aditivo a quantidade de leitos passou a ser variável, a depender da previsão de utilização. Ao todo, já foram repassados para o Hospital do Coração, através deste contrato e seus aditivos, mais de quinze milhões de reais.

O relatório foi feito com o objetivo de entender como foram tomadas as decisões para esta contratação específica e o repasse dessas informações aos cidadãos de Londrina.

Diante do atual cenário de crescimento dos casos de Covid-19 em Londrina e na região, interessa ao OGPL conhecer as medidas que serão tomadas pela Secretaria de Saúde em relação à eventual nova contratação de leitos em hospitais particulares, bem como, alternativas que deverão ser adotadas.

### **Dispensa de licitação**

O OGPL analisou o processo de dispensa de licitação para a contratação dos leitos de UTI junto ao Hospital do Coração e solicitou aos responsáveis pela fiscalização do contrato e pelo monitoramento da ocupação dos leitos contratados que apresentassem os relatórios que confirmam a ocupação diária de leitos de UTI desde o início do contrato firmado. A secretaria municipal de Saúde acusou recebimento do questionamento, mas pediu prorrogação do prazo para responder.

Para entender a necessidade da contratação de leitos, o Observatório buscou informações sobre a estrutura de atendimento junto ao Hospital Universitário, que é o hospital de referência para os casos Covid-19, e ao Hospital do Coração. A equipe da entidade também foi atendida pessoalmente pelo secretário municipal de saúde Felipe Machado.

## Justificativa

A contratação dos 50 leitos de UTI junto à iniciativa privada foi justificada pela possibilidade de não haver leitos de UTI para serem requisitados caso houvesse uma demanda elevada pelos mesmos. Na visão do Observatório, porém, tal demanda está mais evidente neste momento do que à época da contratação. “A escolha pela contratação prévia dos leitos hospitalares, mediante o pagamento por disponibilidade dos leitos, independentemente da sua utilização, em detrimento da opção de requisição dos leitos somente se fossem necessários, para pagamento posterior, poderia ser aceita como uma medida preventiva, contudo não há evidências de que tenha sido realizado qualquer estudo prévio que indicasse que a requisição seria inviável ou mais onerosa”, aponta o estudo.

De acordo com a verificação dos documentos apresentados no processo de contratação, é possível concluir que o Município se adiantou em adquirir leitos de UTI junto à iniciativa privada mesmo sem a apresentação de estudo técnico que apontasse a necessidade da contratação naquele momento. Na análise da entidade, a utilização da estrutura que virá a ser a nova maternidade do HU para a instalação dos leitos exclusivos para pacientes com Covid-19 foi suficiente para evitar a instalação de hospital de campanha, por isso, no entendimento do Observatório não persiste a justificativa de que a contratação junto à iniciativa privada seria para evitar a implantação de um hospital de campanha.

Constatou-se, ainda, que a ampliação de leitos do HU, hospital de referência para atendimento dos casos de COVID-19, foi efetivada conforme o planejado, não permitindo maior expansão. Conforme o entendimento da direção do hospital repassada à equipe do OGPL, contudo, a ordem para a expansão do número de leitos não foi obedecida de acordo com as etapas previstas no Plano de Ampliação de Leitos Hospitalares, sendo que a última etapa do plano de expansão dos leitos, que seria a contratação junto à iniciativa privada, foi antecipada.

O Observatório concluiu também que o processo de contratação do Hospital do Coração foi célere. Houve pouco tempo para a apresentação de propostas por parte dos outros

hospitais para a oferta dos 50 leitos de UTI. A solicitação exigia 50 leitos para pronto atendimento, no entanto foi aceito que a contratada assumisse o compromisso de ofertar os leitos sem confirmar sua disponibilidade imediata.

Diante do apresentado e do aumento dos casos de Covid-19, o Observatório reforça a necessidade de fiscalização do contrato da apresentação de estudos concretos caso haja necessidade de mais aditivos ao contrato ou outras medidas relativas à garantia de leitos.

### **13 JANEIRO**

#### **REUNIÃO CODEL/OGPL**

A equipe do OGPL se reuniu com diretores da CODEL e da garantidora de crédito Garantinorte PR para esclarecer alguns pontos sobre o funcionamento do programa que oferece crédito facilitado a micro, pequenos e médios empresários afetados pela pandemia. O programa resulta de projeto de lei que autoriza o município a destinar um fundo como garantia para que instituições bancárias possam fazer empréstimos a esse público. O valor que constitui o fundo é de R\$5 milhões (provenientes de recursos da prefeitura e da câmara municipal), o que possibilita empréstimos no valor total de R\$50 milhões.

Na reunião, o OGPL teve acesso aos critérios para oferta do crédito, dados sobre o número de beneficiados e sobre os motivos para negação dos empréstimos. O encontro teve o objetivo de complementar informações que já haviam sido solicitadas em ofício. Com base nos dados, o OGPL vai preparar um relatório sobre o tema.

Outro assunto em pauta foi o estudo sobre o edital para contratação do serviço de confecção de projetos completos e aprovados para reforma e ampliação do Terminal Urbano Central de Londrina, no valor máximo de R\$486 mil. A equipe constatou que, além dos projetos, o documento prevê a contratação de um laudo técnico que, possivelmente, aponte problemas atuais do edifício que poderão ser sanados na reforma. O novo terminal, de acordo com o edital, deve ter uma nova cobertura para oferecer mais

conforto aos passageiros. O OGPL tem dúvidas sobre o prazo de 90 dias para conclusão do serviço, que pode não ser suficiente, por isso, será feito um alerta sobre esse fato.

## 20 JANEIRO

No nosso encontro semanal, o principal tema discutido foram as respostas recebidas pelo OGPL referentes a questionamentos enviados nas últimas semanas. Um deles é sobre o estudo para contratação do serviço de confecção de projetos completos e aprovados para reforma e ampliação do Terminal Urbano Central de Londrina, no valor máximo de R\$486 mil. A equipe tinha dúvidas sobre a definição do prazo de 90 dias para conclusão do serviço, que poderia não ser suficiente. A CMTU respondeu, entretanto, que entre os critérios para contratação consta a capacidade de realizar o serviço em curto período. O OGPL vai questionar novamente, solicitando as planilhas de formação de preço.

Acompanhe reportagem da Folha de Londrina que menciona o assunto, destacando que apenas uma empresa se mostrou interessada no edital.

<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/prefeitura-contrata-empresa-para-conclusao-de-sede-da-educacao-3054677e.html>

Outra resposta foi relativa a questionamento protocolado na ouvidoria da Secretaria de Estado de Comunicação Social e Cultura sobre a colocação, pelo governo do Estado, de placas anunciando que o mesmo está realizando obras em rodovias estaduais que funcionam sob regime de concessão. Na visão da entidade, as obras são de responsabilidade e custo das empresas concessionárias, por isso, não deveriam ser usadas em ações de publicidade do governo. A Secretaria respondeu que a resposta é de responsabilidade do DER e orientou o OGPL a encaminhar o documento ao mesmo, o que será feito.

## 27 JANEIRO

Após debates em nossa última reunião, impugnamos o edital de registro de preços para compra de areia e correlatos, mas o mesmo foi negado. Explicamos os detalhes em nosso site, confira!

<http://observatoriolondrina.org.br/noticias/destaque/municipio-nega-pedido-de-impugnacao-de-edital-para-compra-de-areia/a/>

### **Pedido de impugnação**

O Observatório impugnou o edital de registro de preços que prevê a compra de areia, pedra e correlatos para realização de reparos diários em diversas secretarias municipais de Londrina, no valor de R \$4.126 milhões. O motivo do pedido é que, no edital, há um lote de itens destinado exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte, com valor máximo de R\$ 382.651,09, o que ultrapassa o faturamento máximo estabelecido pela lei para a categoria das microempresas, que é de R\$ de R\$ 360.000,00 \*(limite estadual de faturamento para permanência no sistema simples) \*. A preocupação do OGPL é que a discrepância entre os valores possa causar prejuízo de competitividade às empresas com faturamento inferior que estejam interessadas em participar do certame.

O município negou o pedido de impugnação, justificando que “não há que se falar em prejuízo na participação de uma ME/EPP neste lote, pois as mesmas poderão participar disputando apenas entre empresas de porte similar. Caso ela fature acima do limite estipulado para o seu porte, no próximo ano calendário ela será enquadrada em outro regime tributário. Mas essa é uma possibilidade de ocorrer com todas as empresas em seus negócios (públicos ou privados), pois o objetivo do comércio é basicamente vender seus produtos.”

O OGPL considerou a resposta insatisfatória, pois a simples reserva do lote não garante o cumprimento das funções do princípio de isonomia de participação no certame. Será feito contato com a secretaria municipal de Gestão Pública para agendamento de uma reunião para esclarecimento sobre os pontos divergentes.

Além da impugnação, o ofício encaminhado à pregoeira tinha questionamentos dos observadores sobre pontos que não ficaram claros no documento. A entidade considerou que a justificativa do edital, por exemplo, poderia ser melhorada. Há previsão de compra dos materiais para diferentes órgãos do município, porém, não está expressa a quantidade de material necessário para cada secretaria. Além disso, apenas algumas unidades administrativas informaram a própria demanda.

As respostas a este e outros questionamentos, assim como a negativa ao pedido de impugnação, serão analisadas pela equipe do OGPL, que continuará monitorando o contrato.

### **Outros assuntos**

Foi protocolado na CMTU o ofício solicitando as planilhas para formação de preço do edital para contratação do serviço de confecção de projetos completos e aprovados para reforma e ampliação do Terminal Urbano Central de Londrina, no valor máximo de R\$486 mil.

A equipe do OGPL vai monitorar o serviço de construção de calçadas e instalação de corrimões em espaços públicos em Londrina. O objetivo é saber se o modelo de contratação por registro de preço em serviço que é prestado de forma continuada não traz prejuízos ao município. O OGPL chegou a impugnar um edital que buscava contratação dos serviços de calçamento e instalação de bases para academias ao ar livre, em 2019, que também utilizava o sistema de registro de preços para a contratação de obras de engenharia. A secretaria de Obras, na época, justificou que não se tratava de obra, mas de serviços comuns de engenharia e manteve o certame.

### **SOBRE O OBSERVATÓRIO**

Somos uma entidade sem fins lucrativos que tem a missão de atuar no controle da aplicação dos recursos públicos em Londrina por meio do monitoramento de licitações. Atuamos também na promoção do conceito de transparência por meio de ações educativas.



### Resumo das atividades:

No trimestre de novembro/20, dezembro/20 e janeiro/21 o Observatório de Gestão Pública de Londrina monitorou 06 (seis) licitações no valor total de R\$ 16.955.531,63 da administração pública municipal direta e indireta, incluindo a PML – Prefeitura Municipal de Londrina, CMTU – Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização e CML – Câmara Municipal de Londrina. As reuniões semanais realizadas somam um total de 10 (dez) internas e 01 externa com: Secretaria da Saúde e Centrofarma.

## PARCEIROS E PATROCINADORES

### Parceiros



**O Observatório de Gestão Pública de Londrina agradece a todos os parceiros que nos apoiaram no terceiro trimestre de 2020, nosso muito obrigado!**

### DIRETORIA

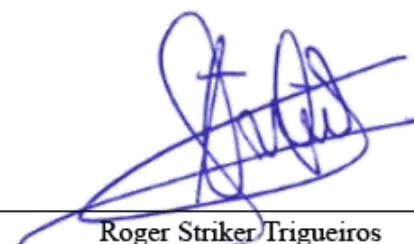
<b>Presidente</b> Roger Striker Trigueiros	<b>Vice-Presidente</b>
<b>Diretor Administrativo-Financeiro</b> Emerson Rogerio Rodrigues	<b>Vice-Diretor Administrativo-Financeiro</b> Waldomiro Carvalho Grade
<b>Diretor de Controle Social</b> Leandro Vieira Silva Matos	<b>Vice-Diretor de Controle Social</b> João Delfino Resende Pádua
<b>Diretora de Relações Institucionais</b> Ana Paula dos Santos	<b>Vice-Diretor de Relações Institucionais</b> José Albino de Oliveira Branco

### CONSELHO FISCAL

Vera Lucia Tiekko Suguhiro
Simone Damazio Pilatto
Mariane Silva Oliveira - Suplente
Ivair Godeny Acrane - Suplente

### EQUIPE

<b>Assessoria Administrativa</b>	Rosane Fiori
<b>Assessoria Jurídica</b>	Viviane
<b>Assessoria de Comunicação</b>	Carolina de Faria Avansini



\_\_\_\_\_  
Roger Striker Trigueiros  
Presidente